



A PESQUISA-AÇÃO COMO METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO NO PROJETO DE REORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS ESCOLARES

Silvany Bastos Santiago

Introdução

Este trabalho tem o objetivo de apresentar a metodologia da pesquisa-ação como intervenção metodológica na avaliação de projetos educacionais. O tema insere-se no projeto de pesquisa denominado: “A avaliação do projeto de reorganização dos tempos escolares no ensino médio: estudo de caso na Escola de Ensino Fundamental e Médio (EEFM) Dom Antônio de Almeida Lustosa (2003-2005), Fortaleza, CE”. A pesquisa avaliou, com base na perspectiva dos professores, a contribuição do projeto de reorganização dos tempos escolares na ação pedagógica em seus múltiplos aspectos: a carga horária do professor em sala de aula, número de turmas e alunos, o tempo disponível do professor para leituras, planejamento, elaboração de atividades e avaliação.

Outros pontos foram propostas da investigação como: a) compreender a influência dos tempos escolares no ensino e na aprendizagem; e b) conhecer as vivências das práticas sugeridas pela reforma curricular na organização do currículo do ensino médio (organizado por áreas de conhecimento, numa perspectiva de interdisciplinaridade e contextualização).

O tempo escolar foi problema da pesquisa, que, em sua forma tradicional de organização nos contextos escolares, não atende mais aos preceitos das reformas educativas e os professores ressentem-se desse “tempo escolar” quanto à distribuição em sua carga horária. Como trabalhar interdisciplinarmente e contextualizar as ações educativas, planejar suas atividades, atualizar-se pedagogicamente e, ao mesmo “tempo”, trabalhar



40 horas semanais (8 horas diárias) ou 60 horas semanais (12 horas diárias)?

Com esta reflexão sobre o tempo escolar, um grupo de professores da EEFM D. Antônio de Almeida Lustosa elaborou um projeto de trabalho para distribuir melhor o tempo das atividades, inserindo uma modificação nas rotinas escolares para que facilitasse a ação do professor e do aluno.

Os docentes estavam envolvidos no problema “tempo” e sua aplicabilidade as suas atividades pedagógicas, em especial, às reformas educativas. As prioridades dos professores eram a organização dos horários em sala de aula, ampliação do tempo das disciplinas, concentração das aulas em breve espaço do tempo, a distribuição das turmas e em busca de mais tempo com os alunos. Outras prioridades eram o planejamento e o horário de estudo para a formação dos professores.

Os professores tinham intenções comuns. As prioridades foram enumeradas e, para as ações desenvolvidas no projeto, utilizou-se a metodologia da pesquisa-ação, em virtude das características das fases vivenciadas. Para o embasamento metodológico, foram estudados os autores Barbier (2004), Thiollent (2003) e Dionne (2007), com seus pressupostos teóricos, que serão brevemente relatados em virtude da importância no desenvolvimento do projeto.

A Pesquisa-Ação

A pesquisa-ação é um tipo de investigação social com base empírica, concebida e realizada em estrita associação com uma ação ou com uma resolução de um problema coletivo, em que pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2003).

O objetivo primeiro da pesquisa-ação é mudar uma dada ação particular, levando em consideração a realidade concreta



tal como é vivida (DIONNE, 2007). O pesquisador é obrigado a implicar-se.

Na pesquisa-ação, existe uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação. Além disso, é preciso que a ação seja não trivial, o que quer dizer uma ação problemática, merecendo uma investigação para ser elaborada e conduzida.

Um dos principais objetivos da pesquisa-ação consiste em dar aos pesquisadores e grupos participantes os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência problemas da situação que vivem em particular sob forma das diretrizes da ação transformadora.

Para Florian (1990), o postulado fundamental do que faz parte a pesquisa-ação é que o conhecimento da realidade do objeto é, em si mesmo, um processo de transformação. Dentre as características do processo, mediante o qual a comunidade cria teorias e soluções próprias à problemática existente, o autor cita as seguintes:

- a) é um processo de conhecer e atuar pelo que os participantes acrescentam simultaneamente sua compreensão e conhecimento da situação particular, e se dispõem a uma ação de mudança em seu benefício;
- b) caso haja consciência suficiente, a população mesma inicia o processo e inclusive pode não precisar de experts externos; e
- c) a tensão e a natureza da participação variam. No caso ideal, a população participa do processo, ou seja, da proposta da pesquisa, da coleta de dados, análise, planejamento e intervenção na realidade.

Barbier (2004) considera que, na pesquisa-ação, o pesquisador implica-se e percebe que está implicado pela estrutura social na qual ele está inserido e pelo jogo de desejos e de



interesse de outros. Ele também implica os outros por meio do seu olhar e de sua ação singular no mundo.

Compreende, então, que as ciências humanas são, essencialmente, ciências de interações de sujeito e objeto de pesquisa. O pesquisador age de forma que sua vida social e afetiva esteja presente na sua pesquisa sociológica e que o imprevisto está no coração de sua prática.

Barbier (2004) assinala que o pesquisador descobre na pesquisa-ação o que ele denomina de pesquisa-ação existencial; não se trabalha sobre os outros, mas e sempre com os outros.

Thiollent (2003) considera a pesquisa-ação como estratégia metodológica da pesquisa social em que:

- a) há ampla e explícita interação de pesquisadores com a situação investigada;
- b) desta interação, resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados sob forma de ação concreta;
- c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas, e sim pela situação social e pelos problemas de naturezas diferentes encontrados nesta situação;
- d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, esclarecer os problemas da situação observada;
- e) há durante o processo um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos agentes da situação; e
- f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo) – pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e conhecimento ou “nível de consciência” de pessoas e grupos considerados.

Embasados nesses preceitos, um grupo de professores, em outubro de 2002, na EEFM D. Antônio de Almeida Lustosa,



formou uma equipe de trabalho, com o apoio do Centro Regional de Desenvolvimento – CREDE 21 – na pessoa da Professora Maria das Graças Vieira. A equipe foi constituída pela supervisora da escola, professores e a coordenadora pedagógica, para a elaboração de uma proposta de reorganização dos tempos escolares. O grupo utilizou-se da pesquisa-ação como metodologia de intervenção e avaliação no projeto de reorganização dos tempos escolares.

A Pesquisa-Ação como Metodologia de Intervenção e Avaliação do Projeto de Reorganização dos Tempos Escolares

Em 2003, implementou-se o projeto de reorganização dos tempos escolares na EEFM D. Antônio de Almeida Lustosa, com base legal no artigo 23 da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 (LDB):

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudo, grupos não seriados com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por outra forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. (BRASIL, 1996).

A proposta era desenvolver uma nova organização curricular baseada na dinamização do tempo escolar e alternância de períodos de estudos, visando a superar a multiplicidade das disciplinas, sem direcionamento ou aplicabilidade.

Os conteúdos foram organizados em áreas interdisciplinares por meio de projetos, abrigando uma visão dinâmica do conhecimento e do diálogo permanente entre as diferentes áreas do saber, ou seja, tratar os teores de modo contextualizado para um significado maior aos conteúdos.



A ênfase da Secretaria da Educação do Ceará era redimensionar o ensino médio, baseada na Constituição de 1988, em seu artigo 208, e na Emenda nº. 14/96, que define como dever do Estado a progressiva universalização desse nível de ensino, sendo direito de todo cidadão.

Assim, a LDB nº. 9394/96, que regulamenta a estrutura curricular do ensino médio, ressalta a flexibilidade como um dos princípios básicos que deve ser assegurado no processo de ensino e aprendizagem e na avaliação.

Com as possibilidades nas diretrizes da educação nacional, começou-se a implementação do projeto. As dificuldades do grupo de professores passavam pelo tempo escolar e sua organização. Diagnosticado o problema da pesquisa, iniciou-se uma etapa de planejamento para o desenvolvimento do estudo.

O Planejamento da Pesquisa

Dois questões foram resolvidas para começar a pesquisa: os aspectos institucional e metodológico. Quanto à questão institucional, esta foi resolvida, ao se receber apoio da Secretaria da Educação Básica do Ceará, por meio do Centro Regional de Desenvolvimento – CREDE 21, na pessoa da técnica responsável pelo acompanhamento da escola, observando o andamento do referido projeto, Professora Maria das Graças Vieira.

Negociou-se com o grupo o conjunto de problemas de ordem metodológica, percebendo-se que o trabalho desenvolvido assemelhava-se à metodologia da pesquisa-ação. Foram, então, demandados autores que subsidiaram a pesquisa, como Thiollent (1997, 2003), Florian (1990), Haguette (1992), Barbier (2004) e Dionne (2007).

Para o desenvolvimento da pesquisa, realizou-se as fases sugeridas por Thiollent (1997), que são: a) fase exploratória – diagnóstico da proposta pedagógica da escola e sua relação com as reformas educacionais, momento em que participaram



quatorze professores, a coordenadora pedagógica, a supervisora escolar e dezoito alunos; b) fase de pesquisa aprofundada – o estudo das possibilidades de distribuição e uso do tempo escolar a partir da reforma e das práticas docentes na EEFM D. Antônio de Almeida Lustosa – elaboração do projeto piloto; e c) fase da avaliação – nesta etapa, as ações foram implementadas e avaliadas continuamente para atender dois objetivos – controlar a efetividade das ações no contexto da pesquisa e suas conseqüências a curto ou médio prazo; extrair os conhecimentos que serão úteis para continuar a experiência e aperfeiçoá-la. Essas fases serão descritas a seguir, de acordo com o desenvolvimento da pesquisa.

Fase Exploratória – Diagnóstico da Proposta Pedagógica da Escola e sua Relação com as Reformas Educacionais

Esta fase foi vivenciada durante as reuniões pedagógicas, em que foram diagnosticados problemas, como o de ajustar as práticas pedagógicas às mudanças que ditam as reformas educativas sugeridas ao ensino médio de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

O tempo escolar, a distribuição da carga horária, os modos de avaliação satisfazem às exigências das reformas educativas? Este problema, tempo escolar, existia e incomodava o grupo de professores, tendo-se, pois, buscado uma ação coletiva para encontrar possíveis opções a fim de remover as dificuldades.

A preocupação dessa fase manifestou-se na análise dos problemas e elaboração de um projeto que trouxesse saídas para a questão apresentada.

Na elaboração do quadro conceptual do projeto, foram feitas leituras dos Parâmetros Curriculares Nacionais e a LDB, Diretrizes do Conselho Nacional de Educação (DCNE), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e, no âmbito estadual, dos Referenciais Curriculares Básicos (RCB).



Paralelamente à elaboração do quadro conceptual, foi iniciada a pesquisa de campo, de caráter diagnóstico, cuja técnica utilizada foi a entrevista aberta ou semi estruturada. A exploração foi praticada com base na discussão de professores, coordenadora pedagógica, coordenadores de área de ensino e alunos representantes de classes.

Constituiu-se grupo organizador da pesquisa, juntamente com três professores de áreas de ensino distintas. O envolvimento do grupo organizador foi decisivo na operacionalização da pesquisa, elaboração da entrevista e discussões em grupo.

As tarefas relacionadas com as entrevistas da fase exploratória foram seguidas conforme orientação de Thiollent (1997): preparação de um roteiro de entrevista para catorze professores (sujeitos) e uma amostra intencional – um grupo de professores das diversas áreas de ensino.

Os principais aspectos diagnosticados nas entrevistas e motivo para o seminário foram: a implantação de novos paradigmas da reforma educacional não seria possível ante uma estrutura organizacional tradicional, com disciplinas compartimentadas, objetivadas num ensino descontextualizado, alienado, em total oposição à proposta da reforma, que requer um currículo composto por áreas de conhecimento, numa perspectiva de interdisciplinaridade e contextualização.

Durante os seminários, os professores e demais pessoas da EEFM D. Antônio de Almeida Lustosa analisavam a proposta pedagógica da escola e sua relação com as reformas educacionais, mas suas práticas revelavam os obstáculos à implementação da reforma, tais como: elaborar avaliações, preparar aulas, preencher diários, lidar com alunos em sala de aula e com o pouco tempo disponível para leituras e capacitações.

A maior parte das conversas dizia respeito à falta de tempo – tempo para o Conselho de Classe, para o planejamento, para a distribuição das disciplinas no horário escolar, para leituras e capacitações. Enfim, sobravam motivos para justificar o



descompasso dos princípios da reforma em relação à prática da escola em seus diversos segmentos.

O objetivo da fase exploratória era detectar nas verbalizações dos participantes problemas principais, que se encontram na situação, e eleger dois ou três problemas prioritários que necessitam de investigação, e aos quais serão aplicadas possíveis ações coletivas. Nessa fase, chega-se a uma avaliação antecipada de capacidades de ação sobre esses problemas-chaves.

Após a análise das entrevistas, discussões em grupo e retorno de um relatório às pessoas envolvidas nos trabalhos, passou-se para a pesquisa aprofundada, na qual foram deliberadas ações transformadoras.

Fase de Pesquisa Aprofundada – Estudo das Possibilidades de Distribuição e Uso do Tempo Escolar desde a Reforma e das Práticas Docentes na EEFM D. Antônio de Almeida Lustosa

Nessa etapa, os professores e o grupo organizador operacionalizaram uma proposta pedagógica diferenciada; dividiram a carga horária em períodos e as aulas passaram a ser desenvolvidas em blocos. Além do planejamento quinzenal, a cada três meses eram avaliadas as ações grupais e propostas outras decisões.

O grupo de professores, com o auxílio do grupo organizador, elaborou uma maneira de harmonizar o tempo escolar em função do agrupamento das áreas do conhecimento.

Favorecidos pela reforma curricular do ensino médio, e demais dispositivos legais que apoiam as mudanças educacionais, o grupo elaborou um projeto-piloto de ação coletiva, denominado inicialmente de “*Ensino Médio: um projeto de inovação curricular com alternância nos períodos de estudo*”.

A justificativa era de que a clássica organização curricular, sob forma das disciplinas fragmentadas e descontextualiza-



das nas diversas áreas do ensino, não mais atendia às reformas curriculares. As reformas na área educacional pretendem superar o quadro de enorme desvantagem em relação aos índices de escolarização e de nível de conhecimento que apresentam os países desenvolvidos (PCNEM, 1995).

As mudanças qualitativas na organização curricular propostas nos Parâmetros Curriculares do Ensino Médio sugerem um agrupamento por área de conhecimento. Atendendo às características dos alunos, de seu ambiente socioeconômico, na reorganização curricular, novos elementos foram introduzidos, como a interdisciplinaridade e a contextualização. Assim, os PCN's conceituam tais princípios:

A interdisciplinaridade deve ir além da mera justaposição de disciplinas e, ao mesmo tempo evitar a diluição em generalidades. De fato, será principalmente na possibilidade de relacionar disciplinas em atividades ou projetos de estudo, pesquisa e ação, que a interdisciplinaridade poderá ser uma prática pedagógica e didática adequada aos objetivos do Ensino Médio. (PCN, 1999, p. 88).

Contextualizar o conteúdo que se quer aprendido significa, em primeiro lugar assumir que todo o conhecimento envolve uma relação entre sujeito e objeto [...] O tratamento contextualizado do conhecimento é o recurso que a escola tem para retirar o aluno de expectador passivo. (PCN, 1999, p.91).

Então, os professores, o núcleo gestor, alunos, funcionários e comunidade decidiram uma mudança na organização do tempo curricular do ensino médio da EEFM D. Antônio de Almeida Lustosa: vivenciou-se uma experiência de períodos escolares alternados.

A proposta era desenvolver uma nova organização curricular, baseada na dinamização do tempo escolar e alternância



de períodos de estudos, visando a superar a multiplicidade das disciplinas, sem direcionamento ou aplicabilidade.

Os conteúdos foram organizados em áreas interdisciplinares por meio de projetos abrigando uma visão dinâmica do conhecimento e do diálogo permanente entre as diferentes áreas do saber, ou seja, tratar os conteúdos de modo contextualizado para garantir um significado maior a esses teores.

No projeto de reorganização do tempo escolar no currículo do ensino médio, as disciplinas e ou áreas do conhecimento agrupam-se, de modo que possibilitem o desenvolvimento da contextualização e interdisciplinaridade por meio de projetos.

Os professores tiveram participação ativa na elaboração e implementação da proposta de reorganização do tempo escolar no currículo do ensino médio.

Fase de Ação – Difundir Resultados, Definir Objetivos Alcançáveis por Meio de Ações Concretas, Apresentar Propostas que Poderão ser Negociadas entre as Partes Interessadas

Nesta fase, os professores responderam a um questionário com itens que indagavam a respeito da distribuição da carga horária, do tempo das aulas, e o planejamento. As respostas aos questionários constituíram um reflexo das posições dos participantes da pesquisa acerca da proposta em que estão envolvidos. Quanto à distribuição da carga horária, os professores admitiram que permitia uma continuidade dos conteúdos e, portanto, melhor assimilação. Afirmaram os mestres que, se comparando com a organização tradicional, os alunos aproveitaram melhor os conteúdos.

O tempo das aulas, conforme depoimentos dos professores, melhorou as formas de organização das aulas. Demonstrou que um contato mais prolongado com os alunos rendeu melhor aprendizagem, pois os estudantes se concentravam mais e o



professor, pela interação com seu aluno, conhecia melhor a realidade deste.

Quanto ao planejamento, os docentes acreditam que mudar a organização da escola implica alterar as concepções dos professores e gestores a respeito do planejamento. As rotinas escolares transpareceram nas falas dos professores: “os problemas que nos causam as licenças médicas dos professores, a descontinuidade nos conteúdos, a adaptação do professor substituto, as informações administrativas no planejamento de ensino”. Alguns professores têm a ideia de que o planejamento é ineficaz. Para eles, na prática nada acontece, o que revela a fala do professor: “Bom, embora, na prática não sirva muito”. A circunstância vivenciada na escola, entretanto, exigia um planejamento sistemático; e mudar a cultura de alguns professores a respeito de planejamento era uma conquista diária.

Fase da Avaliação – Controle da Efetividade das Ações no Contexto da Pesquisa

Após a análise e divulgação das entrevistas, abriu-se ampla discussão. Diversas propostas foram encaminhadas e algumas ações implementadas como: a) tempos e espaços para o trabalho em equipe dos professores; b) a avaliação da aprendizagem; e c) instâncias escolares e a avaliação, que se descreve a seguir.

- a) Tempos e espaços para o trabalho em equipe dos professores – os professores sempre lutaram para conquistar tempos e espaços de formação, planejamento e avaliação, no intuito de qualificar e atualizar suas práticas pedagógicas. Os tempos escolares, nesse projeto, foram organizados dessa forma:

1 dia de estudo (quinzenal) – momento de reflexão, formação, troca de experiências, aprofundamento te-



órico. Esse espaço era vivenciado na própria escola, de acordo com uma programação estabelecida com os professores e a Coordenação Pedagógica, visando, assim, a contribuir para a atualização dos docentes, quanto às reformas educativas e outros temas que o grupo de professores priorizasse;

2 grupos de estudo por área de ensino – horário convergente, em que os professores delineiam propostas, projetos específicos de suas áreas, compartilhados com os alunos e a comunidade educativa.

b) Instâncias escolares e a avaliação:

1 o projeto político-pedagógico da escola, o professor e sua ação docente;

2 o Conselho de Classe constituía espaço para discussão e análise, durante o ano letivo, dos rendimentos das aprendizagens dos alunos; e

3 reuniões pedagógicas – momento em que a comunidade educativa se reunia para avaliar e replanejar suas atividades e formas de trabalho. Essas reuniões eram ocasiões de partilha de dúvidas, troca de experiências, sistematização da própria prática e avaliação do trabalho docente.

Apresentadas as propostas de ação e implementadas, elas são objeto de avaliação, para atender dois objetivos: controlar a efetividade das ações no contexto da pesquisa e suas consequências a curto ou médio prazo, e extrair os conhecimentos que serão úteis para continuar a experiência e aperfeiçoá-la.

No controle da efetividade das ações, avaliou-se que o projeto proporcionou o estabelecimento de um dia de estudo individual do professor, constituição de equipes de estudo por área de ensino, tempo para elaboração de material didático e a organização das turmas facilitou o trabalho docente. Quanto



ao planejamento de ensino, essa organização facilitou o trabalho em equipe, oportunidade para planejar com qualidade, aperfeiçoamento pedagógico por meio de leituras e discussões em grupo.

Observou-se que a reorganização dos tempos escolares favoreceu aos professores o trabalho junto a menos turmas e a avaliação contínua no percurso do processo educativo apresentou um número menor de alunos na recuperação no final do ano letivo. A integração professor aluno, com as aulas concentradas, ensejou um número maior de atividades avaliativas. A abordagem de avaliação utilizada pelos professores foi da avaliação formativa, que ajudou o aluno a se desenvolver no âmbito de um projeto educativo – de reorganização dos tempos escolares.

Conclusões

A abordagem utilizada no estudo – a pesquisa-ação – proporcionou aos professores e pesquisadores um papel ativo na solução dos problemas encontrados, na medida em que refletiam sistematicamente suas práticas, utilizando-se das reflexões para melhorar a atuação nas etapas posteriores. Uma das características da pesquisa-ação é a participação, entretanto, a produção de conhecimento contribui para o avanço da problemática abordada – o tempo escolar.

O conhecimento produzido pela experiência de reorganização dos tempos escolares conduziu o grupo de professores a uma utilização efetiva do tempo para trabalhar com projetos interdisciplinares e contextualizados; houve um ganho efetivo para cada matéria; e registrou-se uma redução do tempo perdido entre as aulas e simplificação do horário.

Destacou-se o trabalho coletivo dos professores e demonstrou-se a sua autonomia em um trabalho em equipe, o que proporcionou uma transformação em suas atividades pedagógi-



cas. O projeto ainda favoreceu aos professores o repensamento das suas práticas e a busca de saídas para o problema – tempo. Proporcionou uma quebra de resistências ante de paradigmas educacionais e o reconhecimento da necessidade quanto ao investimento em sua formação.

Referências

- BARBIER, René. **A Pesquisa-Ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Líber Editora 2004.
- BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.
- _____. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: A Secretaria, 2001.
- DIONNE, Hugues. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Brasília: Livro, Líber Editora, 2007.
- FLORIAN, Jorge Murcia. **Investigar para Cambiar: um enfoque sobre investigación participante**. Bogotá: Colección Mesa Redonda. 1990.
- THIOLLENT, Michell. **Metodologia da Pesquisa – Ação**. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. **Pesquisa – Ação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1998.

ANÁLISE LONGITUDINAL DO NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO NO SPAECE, PERÍODO 2008-2009

*Francesca Danielle Gurgel dos Santos
Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca*

Introdução

Durante muito tempo, a avaliação educacional restringiu-se à mensuração do desempenho escolar, cujo foco era identificar os problemas de aprendizagem do aluno. Posteriormente, a avaliação passou a ter a preocupação de identificar os problemas de aprendizagem do grupo no qual o aluno estava inserido. Em seguida, houve a necessidade de expandir essa avaliação aos programas e materiais utilizados no âmbito escolar e, há duas décadas, estabeleceu-se o foco na avaliação do sistema educacional, a fim de avaliar a qualidade do ensino (VIANNA, 1989; 2000).

No Brasil, pode-se exemplificar como avaliação do sistema educacional o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de âmbito nacional, que desde a sua primeira edição, em 1990, instigou estados a estabelecerem seu próprio sistema de avaliação, de modo a garantir às Secretarias de Educação dados fidedignos sobre o desempenho dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática, de modo que subsidiem a definição de políticas públicas adequadas para a melhoria do ensino e da aprendizagem alinhada à realidade apresentada pelos resultados.

No Ceará, vem sendo utilizado desde 1992 o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (SPAECE), porém percebe-se pouca apropriação dos resultados por parte da comunidade escolar, o que inviabiliza sua utilização como ferramenta pedagógica. Este artigo apresenta através de um estudo longitudinal a evolução dos alunos no período de 2008 a 2009. Vale ressaltar que se trata do estudo da evolução dos mesmos alunos, os quais em 2008 estavam cursando o 2º ano e em 2009 foram concludentes do 3º ano do EM.